

O FÓRUM NACIONAL DO TRABALHO E A BUSCA DO CONSENSO

Gelsom Rozentino de Almeida - UERJ

O Fórum Nacional do Trabalho (FNT) foi criado pelo Decreto nº 4.796, de 30 de julho de 2003, com a finalidade de coordenar a negociação entre os representantes dos trabalhadores, empregadores e governo federal sobre a reforma sindical e trabalhista no Brasil. A estrutura funcional do FNT comporta os seguintes órgãos: I – Coordenação; II – Plenária de Representantes; III – Comissão de Sistematização; IV – Grupos Temáticos, constituídos para discutir os seguintes temas: a) Organização Sindical - GT1; b) Negociação Coletiva - GT2; c) Sistema de Composição de Conflitos - GT3; d) Legislação do Trabalho - GT4; f) Organização Administrativa e Judiciária do Trabalho; g) Normas Administrativas Sobre Condições de Trabalho; h) Qualificação e Certificação Profissional; e i) Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade. Em todos os grupos e comissões a composição é tripartite, sendo que a CUT divide a representação dos trabalhadores com outros setores do movimento sindical, sobretudo com Força Sindical. Partimos do entendimento de que essa iniciativa filia-se a linhagem das demais propostas de pactos, concertos e entendimentos nacionais, de conciliação de interesses classistas.

Dentre os objetivos do FNT destaca-se a proposta de promover a democratização das relações de trabalho através da adoção de um modelo de organização sindical baseado em liberdade e autonomia. A intenção do governo federal seria atualizar a legislação do trabalho, adequando-a as novas exigências do desenvolvimento nacional, de maneira a criar um ambiente propício à geração de emprego e renda. Através desse fórum, legitimado pela participação de representantes de governo, empresários e trabalhadores, pretende-se, modernizar as instituições de regulação do trabalho, especialmente a Justiça do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego; estimular o diálogo e o tripartismo e assegurar a justiça social no âmbito das leis trabalhistas, da solução de conflitos e das garantias sindicais.¹

Muitas vezes, em nome de uma “*salvação nacional*”, em nome daquilo que o “*Brasil quer, o Brasil precisa*”, em nome do “*mercado*”, efetuam-se generalizações sobre “*custo*

Brasil”, rigidez, flexibilização, desregulamentação, negociação coletiva e o papel do Estado. Muitas vezes equivocadas, pois transporiam diagnósticos estranhos a especificidade nacional. De forma indefectível, o tema é abordado como se a melhor inserção internacional dependesse basicamente de vontade política da nação, emanada de uma crença inquebrantável nos *valores superiores do mercado*. Tais valores atestariam o anacronismo da proteção do trabalho enquanto elemento de contenção do desenvolvimento econômico dos países. ²

Após a 2^a Guerra Mundial adotou-se na Europa, principalmente, o *Estado de Compromisso* ou *Welfare State*, de matriz keynesiana, que representaria uma “pacto”, por parte da mão-de-obra, da aceitação lógica do lucro e dos mercados como princípios orientadores da alocação dos recursos, das trocas internacionais, da mudança tecnológica, do desenvolvimento do produto e da localização industrial. Em troca de uma garantia de que seriam defendidos os padrões mínimos de vida, os direitos sindicais e os direitos democráticos liberais, seria evitado o desemprego em massa e a renda real subiria aproximadamente de acordo com a produtividade do trabalho, tudo isto através da intervenção do Estado, se necessário. Esse compromisso contribuiu para a compatibilização do capitalismo com a democracia, ao fazer com que as organizações dos trabalhadores (sindicatos e partidos políticos) retirassem da pauta de demandas a alteração do modo de produção através de uma revolução. O controle político do Estado *dentro* do modo de produção seria resolvido pela competição partidária. Superado esse tipo limitado de conflito haveria um consenso relativo às prioridades, demandas e valores básicos da economia política, como o crescimento econômico e a segurança social (assim como a militar).

Nesse *jogo*, cada classe teria de levar em consideração os interesses da outra. Os operários considerariam a lucratividade, porque somente um nível de lucro e de investimento razoável garantiria o emprego futuro e o aumento de renda. Os capitalistas valorizariam os salários e as despesas do *welfare state*, porque garantiriam uma demanda efetiva e uma classe operária saudável, bem treinada, sem problemas de moradias, educação, transporte e feliz...

A social-democracia, como premissa político-ideológica de algumas correntes sindicais, acaba implementando a idéia de um capitalismo mais “adocicado”, pautado na manutenção dos mecanismos democráticos³, na possibilidade de livre negociação entre patrões e empregados, e na proposta de “pacto”, este firmado entre os setores produtivos da sociedade e o Estado, em prol do desenvolvimento econômico e social. De certo, no Brasil dos anos noventa em diante, os mecanismos de luta da classe trabalhadora caminham no sentido de sofrer adaptações a esse novo momento, onde as relações de produção estão em fase de profunda transformação. Mas, mesmo a social-democracia e o Estado de Compromisso estariam ultrapassados, ao menos da necessidade histórica do capitalismo no presente. Mais adequado aos interesses do Capital, o “Sindicalismo de Resultados”, como é conhecida a corrente do movimento sindical que privilegiaria a luta econômica, e que tem na Força Sindical a principal central sindical e pólo aglutinador, embora tenha conseguido a manutenção de alguns postos de trabalho e até significativas reposições de perdas salariais em alguns setores, na busca de conduzir o movimento sindical a um novo momento das relações de produção, acaba por servir ao avanço das políticas neoliberais no Brasil.

A Força Sindical surgiu em 1991 e permanece como um o principal contraponto a CUT, participando ativa e favoravelmente das negociações das reformas ao longo dos governos Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso. E, embora adote uma postura oposicionista com relação ao Governo Lula, pragmaticamente participa dos diversos fóruns e negociações com o governo. E, em situações emblemáticas, apresenta reivindicações identificadas como de maior expressão dos interesses dos trabalhadores, como na questão do reajuste do valor do salário mínimo.

A última década e, sobretudo os primeiros anos de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, representaram para os movimentos sindicais no Brasil uma fase de profundas mudanças, tanto no discurso, como na estrutura e prática sindical. A CUT, como legítima organização de trabalhadores, tinha-se mostrado participante no processo de refreamento das políticas neoliberais implementadas desde o início da década de 90, mas estaria perdendo seu poder de aglutinação da classe trabalhadora em prol da defesa de seus direitos e conquistas e adotado uma postura *propositiva* e conciliadora com o capital, identificando interesses comuns.

Aqui cabe, ainda que rapidamente, recuperar o momento-chave da eleição presidencial de 1989. O programa econômico do PT na campanha de 1989 – na Frente Brasil Popular - era consciente dos limites impostos pela correlação de forças daquela conjuntura em que foi feito – favorável ao capital. Contudo, pretendia “democratizar” de tal forma a participação no mercado, sob a tutela do Estado e de uma lógica diversa, que até mesmo esse projeto “capitalista” seria visto como contrário aos interesses “dependentes e associados da burguesia no Brasil”.

A proposta petista era contra-hegemônica pois considerava a necessidade de reformas dentro dos marcos do modo de produção capitalista, tendo como objetivo estratégico o socialismo. E mais: a implementação desse modelo alteraria as bases de sustentação política e econômica das classes dominantes embora, contraditoriamente, muitos de seus aspectos lhe fossem benéficos. Para o PT, entretanto, não se tratava de buscar parcerias na burguesia nacional, nem confiar em seu interesse no crescimento do mercado interno ou em seu caráter democrático ou anti-imperialista. Diferentemente do PCB pré-64, entendia o projeto burguês como associado ao capitalismo internacional e, portanto, em regra contrário ao desenvolvimento autônomo de um capitalismo de massas, que ampliasse o mercado de trabalho, o consumo e participação política. O PT representava a defesa de um projeto nacional, democrático, popular e público, quiçá socialista, contra a estratégia privatista, liberal-autoritário e internacionalista do capital.

Ainda que contendo ambigüidades e contradições, esse projeto crescia frente à inexistência de uma resposta (ou um projeto) com alguma capacidade de incorporação social por parte das classes dominantes no Brasil. O Partido dos Trabalhadores tornara-se uma ameaça, não porque se propusesse a desmantelar o capitalismo ou a propriedade privada, mas porque ao aglutinar forças diferentes, ao incorporar trabalhadores urbanos e rurais, oferecia uma alternativa política para o país.

Nas diferentes campanhas de 1994, 1998, até a vitória em 2002, o programa econômico foi cada vez mais se conformando à social-democracia e apresentando concessões ao capital. Não se tratava de *traição*, pois as mudanças foram feitas as claras e gradualmente, visando a conquista eleitoral, e não apenas com a chegada ao poder. Dessa maneira, como representante do *transformismo* da CUT e do PT⁴ e continuador da política de ajuste macroeconômico anterior, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está consolidando o modelo neoliberal no Brasil sob a hegemonia do capital financeiro. Esse governo representaria uma etapa superior, que corresponderia a duas modificações: 1) a modificações na correlação de forças no interior do bloco no poder: graças à elevação da posição relativa da burguesia interna voltada para a exportação (origem dos dólares que remuneram o capital financeiro); e 2) a modificações nas relações entre o bloco no poder e as massas populares: sua base social são os dos trabalhadores pauperizados e politicamente desorganizados.

De acordo com a tese de Eurelino Coelho, teria ocorrido um caso histórico de *transformismo*, conceito gramsciano que o autor aplica a análise do processo de abandono do marxismo como expressão de uma mudança de *concepção de mundo* de intelectuais do PT que se deslocaram no terreno da luta de classes. Esses intelectuais formam atualmente o bloco político conhecido como *campo majoritário* do PT. E teriam transformado o Partido dos Trabalhadores, ao longo dos anos noventa, na *esquerda do capital*.⁵

Acentua-se no Governo Lula o processo político de acomodação da nova elite política ao sistema político; de cooptação dos dirigentes partidários, sindicais e

populares pelo governo e seu alojamento na estrutura burocrática do Estado; de aceitação da elite sindical do modelo neoliberal. Dessa forma, impede-se a superação do modelo, desmobiliza-se o movimento sindical e os movimentos sociais, com graves conseqüências para a esquerda. Pode-se pensar na constituição de uma classe detentora, que dominaria os altos postos da burocracia, mas que teria pouca ou nenhuma influência sobre o conteúdo e a direção da política econômica e social.⁶

Uma categoria chave para a análise da formação e resultados do Fórum Nacional do Trabalho seria a de “pacto social”. Na história do Brasil recente foram realizadas algumas tentativas, desde o Governo Sarney até o Fernando Henrique. A primeira dessas teria sido a que mais próximo chegou de seus objetivos, tendo como óbices fundamentais a atuação do PT e da CUT.

O período da presidência de José Sarney representaria, efetivamente, o momento final da transição – um “governo de transição”, entre o regime ditatorial e o democrático. Mas não somente isto. Representaria ainda um governo onde a crise de hegemonia burguesa tornar-se-ia explícita, diferenciando-se de uma mera crise de governo ou “governabilidade”, patente na incapacidade dos grupos dominantes tornarem-se também dirigentes, na ausência de um projeto unificador dos interesses dos diferentes setores burgueses e na carência de legitimidade para a formação de um “consenso”. Conforme o indicado por Gramsci:

Como se formam estas situações de contraste entre ‘representados e representantes’, que do terreno dos partidos (organizações de partido num sentido estrito, campo eleitoral-parlamentar, organização jornalística) refletem-se em todo o organismo estatal, reforçando a posição relativa do poder da burocracia (civil e militar), da alta finança, da Igreja e em geral de todos os organismos relativamente independentes das flutuações da opinião pública? O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente faliu em determinado grande empreendimento das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (especialmente de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram de repente da passividade política a certa atividade e apresentaram reivindicações que, no seu complexo desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de ‘crise de autoridade’, mas na realidade, o que se verifica é a crise de hegemonia, ou crise do Estado no seu conjunto.⁷

Dessa forma, a superação da crise ao longo da década de noventa foi resultado de um rearranjo político interno e uma redefinição da inserção econômica internacional do Brasil, capitaneada pelo capital financeiro. A comparação com a tentativa formação de um pacto na segunda metade dos anos oitenta é ilustrativa da retomada da estratégia no Governo Lula (não esquecendo a tentativa frustrada no Governo Collor).

Via de regra, entende-se as tentativas de estabelecimento de um “pacto social” durante a “Nova República” como se fosse uma forma de controlar a mobilização dos trabalhadores, através dos sindicatos e partidos de esquerda. Esta interpretação é correta, porém tende a considerar o governo – ou o Estado, conforme variações – como um “bloco” coeso, unitário, impermeável. Todo Estado capitalista é permeável às lutas sociais e contradições, e, sobretudo, sujeito às disputas entre as diferentes frações de classe que detém o poder. A questão do “pacto social”, por exemplo, possibilita identificar dois posicionamentos no governo Sarney:

- 1) Aqueles que defendiam a necessidade de um “pacto” como requisito para a retomada do desenvolvimento, significando, portanto, um projeto que priorizaria os investimentos nas áreas sociais, infra-estrutura, subsídios, redução da tensão no campo, através de uma ação mais direta do Estado, objetivando a expansão do mercado interno e o crescimento industrial;
- 2) Os que afirmavam que o mercado, “livre das amarras do Estado”, em seu livre jogo de oferta e procura, suas “leis naturais”, resolveria por si os problemas reais da sociedade brasileira através de uma abertura (maior) ao investimento estrangeiro, cabendo ao Estado equacionar a questão da dívida externa e promover as condições necessárias para a atração de capitais, com a desregulamentação da economia e redução dos gastos sociais, o “neoliberalismo”, evidenciando os interesses do setor financeiro internacional e nacional.⁸

Assim, a criação do Fórum Nacional do Trabalho teria como objetivo a conciliação de interesses classistas e a promoção da colaboração de classes através da mediação e coordenação do Estado. O PT e a CUT que teriam se constituído na luta contra a ditadura,

articulando o binômio negociação e confronto, tendo sido o principal bloco de resistência ao processo de arrocho salarial e implantação do Consenso de Washington na década de 1980, de oposição à *flexibilização e desregulamentação* da legislação trabalhista e da defesa dos direitos constitucionais no início da década de 1990, teria formulado a proposta do FNT acreditando nas teses de um desenvolvimentismo nacional, tendo como interlocutores o Estado e organizações empresariais. As propostas de reforma sindical e trabalhista já constavam dos programas da CUT e PT ao longo dos anos 90 e se apresentavam como demandas históricas dos trabalhadores, sobretudo dos setores *modernos*, mas conciliáveis com o capital. O FNT representaria um pacto social na busca do desenvolvimento, entendido dentro dos limites do crescimento econômico capitalista, representando este um consenso da sociedade, uma conciliação de interesses estratégicos de diferentes classes e frações de classe. Uma utopia? Não, um *espetáculo*...

¹ Fórum Nacional do Trabalho – Objetivos. In: www.fnt.tem.gov.br

² Tais expressões aparecem de forma recorrente na imprensa, tanto em colonistas políticos como em editoriais dos grandes jornais e revistas. Também estão presentes em produção *especializada* de autores da vertente liberal.

³ PREZEWORSKI, Adam, em seu livro “Capitalismo e social-democracia”, destaca as diferença entre as ideologias social-democrata e socialista, demonstrando que a primeira apresenta o caminho democrático (através das eleições e do voto) como o principal e legítimo meio de chegar-se ao socialismo.

⁴ Sobre o conceito gramsciano de transformismo e sua aplicação a algumas tendências do PT (Articulação e PRC), ver: COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado em História, ICHF/UFF, Niterói, 2005.

⁵ COELHO, Eurelino. op. cit.

⁶ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. São Paulo: Graal, 1988.

Para Armando Boito Jr., « A situação brasileira atual não reproduz fielmente a situação designada pelo conceito de classe detentora – não estamos falando do conjunto da classe operária e os sindicalistas da Articulação Sindical estão muito longe de monopolizar os principais cargos do Executivo Federal. Porém, mesmo nessa versão limitada, a detenção de altos cargos no executivo federal pelos sindicalistas produz efeitos políticos e ideológicos importantes. A formação do governo Lula é vista, por esses trabalhadores, como uma situação inteiramente nova. Com esse governo, esses sindicalistas imaginam ter chegado ao poder ou, pelo menos, estar participando dele, e esperam do presidente sindicalista, não uma ruptura com o modelo capitalista neoliberal, mas um neoliberalismo com crescimento econômico e expansão do emprego ». BOITO JR., Armando. Entrevista concedida a Gazeta Mercantil, republicada na Revista Espaço Acadêmico, no. 44, jan. 2005, in: : <http://www.espacoacademico.com.br>

⁷ Gramsci, Antonio, *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, 8ª ed., Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1991, p. 54-55.

⁸ Para maiores detalhes da análise da “Nova República”, especificamente sobre a re(l)ação do PT e da CUT às propostas de “pacto”, ver: ALMEIDA, Gelsom Rozenzino de. *História de uma década quase perdida: 1979-1989*. Tese de Doutorado em História, Niterói: ICHF/UFF, 2000.